

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
CONSELHO DE MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL
RELATO DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA TÉCNICA DE MUDANÇA DO CLIMA

Data: 19 de maio de 2022

Horário: 14h30

Local: Reunião realizada na Feira de Tecnologia e Negócios do Agro (AgroBrasília).

Estiveram presentes à reunião os seguintes membros da CT

Secretaria de Meio Ambiente – SEMA

- ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO, PRESIDENTE SUBSTITUTA

Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – SEAGRI

- CLAUDIA ALESSANDRA GOMES

Secretaria de Transporte e Mobilidade – SEMOB

- BRUNO TERRA

Associação do Mercado Imobiliário – ADEMI

- ANA DE PAULA

Federação das Indústrias do DF – FIBRA

- OLÍVIA CAROLINA RIBEIRO KROHN

Universidade de Brasília

- SAULO RODRIGUES

Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do DF – ADASA

- CLAUDIO ODILON DA COSTA SILVA

Participantes Externos Convidados: Rodrigo (MAPA), Natalia Teixeira (FAPE-DF), Alexandre Cenci (HARTOS).

Pela Secretaria de Meio Ambiente participaram também: CAROLINA CARVALHO, ANDRÉ SOUZA, HUGO DO VALLE MENDES, JULIO CESAR BAENA,

1. Abertura da reunião.

A Presidente Substituta da Câmara Técnica deu início à 14ª Reunião Ordinária, agradecendo pela presença de todos e salientando a oportunidade de discutir a relevância e a participação do setor agropecuário na questão do enfrentamento da Mudança do Clima.

Elencou os representantes que fariam exposição sobre o Plano Agricultura de Baixo Carbono no Distrito Federal.

2. Apresentação

Hugo Mendes iniciou sua fala apresentando os marcos de referência para o enfrentamento da mudança do clima em nível internacional, o Acordo de Paris e a obrigatoriedade de encaminhamento de Contribuições Nacionalmente Determinadas pelas Partes (países signatários) do Acordo. Apontou que as contribuições dos países não são atualmente suficientes para alcançar os objetivos de redução de emissão de gases

causadores do efeito estufa, situação que gerou oportunidades para estados, cidades e corporações (empresas) apresentarem suas contribuições.

Nesse sentido, o Distrito Federal apresentou sua Contribuição Distritalmente Determinada (CDD) em 2021, e cuja meta é reduzir as emissões de GEE, do ano de referência (2013), em 20% até o ano de 2025, e de 37,4% até 2030.

Em seguida, apresentou os dados do Inventário de Emissões de GEE do DF contendo a distribuição setorial das emissões indicando o setor energia como o principal emissor (pela queima de combustíveis fósseis), e o setor agropecuário respondendo por apenas 4% das emissões do DF.

Em seguida indicou que o Plano de Mitigação do DF aponta o Plano ABC do Distrito Federal como principal eixo de implementação de medidas para a redução de emissões de GEE no agronegócio.

Apresentou as práticas possíveis de serem apoiadas pelo Plano ABC em nível Federal assim como dados do Observatório do ABC que demonstram que o Distrito Federal está entre os estados que menos acessaram recursos do Programa ABC, linha de crédito, criada no nível federal para essa finalidade.

Para concluir, indicou que a SEMA-DF tem como meta apoiar a SEAGRI-DF no processo de revisão do Plano ABC do DF.

O Sr. Rodrigo Dantas (MAPA) informou sobre o momento de revisão dos Planos ABCs estaduais, e indicou os principais aperfeiçoamentos em relação ao Plano ABC Federal após sua revisão:

- Sistemas plantio direto de grãos (já presente no anterior), e plantio direto para hortaliças (novidade no ABC+);
- Bioinsumos (tecnologia adicionada, pois antes era apenas fixação biológica de nitrogênio)
- Sistemas irrigados (tecnologia adicionada);
- Terminação intensiva (tecnologia adicionada, a ideia é tirar o animal o quanto antes do sistema produtivo).

Todas essas tecnologias, além de contribuir com os objetivos ambientais, são muito aceitas pelos produtores considerando que aumentam o desempenho produtivo, diluem os custos de produção e oferecem alternativas de receita.

Apresentou o trabalho que o Ministério vem conduzindo no sentido de apoiar os estados a revisarem seus Planos que deverão vigorar para o período de 2021-2030. Apontou a necessidade de retomar a articulação dos grupos gestores estaduais em função de sua capilaridade e conhecimento das necessidades em termos de práticas produtivas de cada um dos estados. Nesse sentido, o Plano ABC do DF deve indicar as potencialidades do DF e trazer à tona a identidade produtiva da região.

Informou sobre as oficinas que estão sendo conduzidas pelo MAPA para apoiar os estados na elaboração de seus planos. A próxima ocorrerá no dia 6 de junho,

oportunidade em que alguns estados já apresentarão os resultados alcançados até o momento.

Indicou que a baixa tomada de crédito do Programa ABC por parte do DF não pode ser o único aspecto a ser considerado. Há que se levar em consideração a aptidão do estado para as tecnologias elencada no Plano ABC.

Por fim apontou as metas do Ministério sobre o tema: (i) até julho/2022 ter todos os grupos gestores estaduais reestruturados e publicados; e (ii) até setembro/2022 que todas as Unidades Federativas tenham seus Planos ABCs Estaduais revisados e publicados.

A Sra. Natalia Teixeira (FAPE-DF) convidou o Sr. Alexandre Cenci produtor agropecuário no DF, representante da HARTOS, para apresentar sua experiência de acesso a crédito e linha de financiamento para apoio da atividade produtiva.

O Sr. Alexandre mencionou que a família Cenci migrou do Rio Grande do Sul para o Distrito Federal no final da década de 70. Com apoio do Programa de Desenvolvimento da Agricultura no Distrito Federal/PAD-DF, uma ação conjunta do GDF aliando o cooperativismo, as pesquisas científicas realizadas nas instituições pública e privada na busca de soluções para superar dos desafios.

Desenvolveram, dentre outras atividades a suinocultura, tradição passada por gerações na família. Ao buscar crédito para implementar um biodigestor de resíduos da suinocultura, o produtor indicou que não utilizou o Programa ABC pois a linha de crédito do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) apresentava-se com menor taxa de juros.

A Sra. Claudia Alessandra Gomes (SEAGRI-DF) apresentou relato sobre o andamento da revisão do Plano ABC do DF. Disse que em 7 de abril de 2022 foi instituída Portaria que formalizou Grupo de Trabalho com o objetivo de Revisar o Decreto nº 35.807/2014, e elaborar instrumento convocatório para todas as entidades que queiram participar do processo de elaboração do Plano.

O Grupo de trabalho tem prazo de 60 dias e é formado por representante da SEAGRI, SEMA e EMATER-DF.

Reportou que a baixa captação do DF não significa que as ações não foram implementadas. Embora o Grupo Gestor já existisse no decênio 2011-2020 as ações eram individuais de cada órgão e não foram sistematizadas no âmbito do Plano ABC.

O Sr. Airton Gerur (BRB) informou sobre o interesse do BRB em apoiar o desenvolvimento agrícola sustentável do Distrito federal. Corroborou a experiência relatada pelo Sr. Alexandre Cenci no que diz respeito à menor atratividade da taxa de juros do Programa ABC. Sobre isso, a taxa do FCO está em 5,46% enquanto a do Programa ABC está em aproximadamente 7%.

4. Encaminhamentos

Sem perguntas e manifestações dos presentes a Presidente Substituta da Câmara Técnica agradeceu pela presença de todos e encerrou a reunião.

ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO
Presidente Substituta da Câmara Técnica de Mudança do Clima